



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

3 - MANIFESTAÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 6/2/2014

Presidência do Deputado Ivair Nogueira

Sumário: Comparecimento - Falta de Quórum - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Ivair Nogueira - Neider Moreira - Agostinho Patrus Filho - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Duarte Bechir - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Inácio Franco - João Vitor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Paulo Guedes - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Wander Borges.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 11, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 11/2/2014.).

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/12/2013

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara e os deputados André Quintão, Bosco e Duarte Bechir, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Propostas de Ação Legislativa nºs 1.873, 1.875, 1.878, 1.881, 1.884, 1.888, 1.890, 1.892, 1.903, 1.906, 1.908, 1.913, 1.914, 1.916, 1.920/2013 (deputado André Quintão); 1.921, 1.925, 1.926, 1.929, 1.932, 1.934, 1.935, 1.936, 1.939, 1.940, 1.942, 1.944, 1.945, 1.948, 1.951, 1.954/2013 (deputado Bosco); 1.963, 1.965, 1.967, 1.968, 1.969, 1.978, 1.982, 1.984, 1.985, 1.990, 1.996, 1.997, 2.006, 2.014, 2.016, 2.018, 2.019, 2.023/2013 (deputada Maria Tereza Lara). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovadas na forma de emendas ao Projeto de Lei nºs 4.551/2013 as Propostas de Ação Legislativa nºs 1.929, 1.936, 1.939/2013; aprovadas na forma de emendas ao Projeto de Lei nºs 4.551/2013 e de requerimentos as Propostas de Ação Legislativa nºs 1.892, 1.913, 1.934/2013; aprovadas na forma de emendas ao Projeto de Lei nºs 4.550/2013 as Propostas de Ação Legislativa nºs 1.940, 1.942, 1.969, 1.985, 1.996/2013; aprovadas na forma de emendas ao Projeto de Lei nºs 4.550/2013 e de requerimento as Propostas de Ação Legislativa nºs 1.945, 1.967, 1.968, 1.990, 1.997, 2.016, 2.019/2013; aprovadas na forma de emendas aos Projetos de Lei nºs 4.550 e 4.551/2013 as Propostas de Ação Legislativa nºs 1.873, 1.875, 1.884, 1.944, 1.982, 1.984, 2.006, 2.018/2013; aprovadas na forma de emendas aos Projetos de Lei nºs 4.550 e 4.551/2013 e de requerimentos as Propostas de Ação Legislativa nºs 1.878, 1.888, 1.906, 1.921, 1.954, 2.014, 2.023/2013; aprovadas na forma de requerimentos as Propostas de Ação Legislativa nºs 1.881, 1.908, 1.916, 1.925, 1.963, 1.977, 1.978, 1.890, 1.903, 1.914, 1.932, 1.965, 1.926/2013; e



rejeitadas as Propostas de Ação Legislativa nºs 1.920, 1.935, 1.948, 1.951/2013, todas de iniciativa popular. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do deputado André Quintão e da deputada Maria Tereza Lara em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Participação Popular para debater em audiência pública o papel e a importância do Sistema Único de Assistência Social - Suas - no que se refere às políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de fevereiro de 2014.

André Quintão, presidente - Duarte Bechir - Paulo Guedes.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O presidente despachou, em 6/2/2014, a seguinte comunicação:

Da Comissão de Direitos Humanos em que notifica o falecimento do Sr. Alexandre Werneck de Oliveira e da Sra. Livia Viggiano Rocha. (- Ciente. Oficie-se.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

- de congratulações com o Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, governador do Estado, pela execução da obra de recapeamento asfáltico da MG-164 no trecho entre Camacho e Itapeçerica (Requerimento nº 6.505/2013, do deputado Duarte Bechir);
- de congratulações com a empresa Mendes Júnior pelos 60 anos de sua fundação (Requerimento nº 6.509/2013, do deputado Ivair Nogueira);
- de congratulações com o Sicoob Cofal pelo recebimento do troféu de prata em premiação realizada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (Requerimento nº 6.519/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes);
- de congratulações com o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais pelos 32 anos de sua fundação (Requerimento nº 6.521/2013, do deputado Ivair Nogueira);
- de congratulações com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais pelos 65 anos de sua fundação (Requerimento nº 6.529/2013, do deputado Ivair Nogueira);
- de congratulações com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração por figurar a empresa entre as mil maiores do País, segundo levantamento divulgado pelo jornal *Valor Econômico* em 2013 (Requerimento nº 6.588/2013, do deputado Bosco);
- de congratulações com a Distribuidora Rio Branco de Petróleo por figurar a empresa entre as mil maiores do País, segundo levantamento divulgado pelo jornal *Valor Econômico* em 2013 (Requerimento nº 6.589/2013, do deputado Bosco);
- de congratulações com os policiais militares da 5ª Companhia de Missões Especiais de Polícia Militar que atuaram na ocorrência, em 3/12/2013, no Bairro Vila Arquelau, em Uberaba, em que foram apreendidas droga, balança de precisão e quantia em dinheiro e foram presas duas pessoas (Requerimento nº 6.591/2013, do deputado Cabo Júlio);
- de congratulações com os policiais militares da 22ª Companhia de Polícia Militar que atuaram na operação, em 1º/12/2013, em Caratinga, em que foram apreendidos armas, munição, droga, um veículo e um celular e foram presas duas pessoas (Requerimento nº 6.592/2013, do deputado Cabo Júlio);
- de congratulações com os policiais militares do 17º e do 32º Batalhões de Polícia Militar e da 9ª Companhia de Missões Especiais que atuaram na operação, em 3/12/2013, em que foi apreendida droga que seria transportada de Uberlândia para Belo Horizonte e foram presas três pessoas (Requerimento nº 6.593/2013, do deputado Cabo Júlio);
- de congratulações com o 1º-Sgt. PM Ângelo de Souza Roberto, da 198ª Cia. do 36º Batalhão de Polícia Militar, por sua posse como membro da Academia de Letras do Brasil, Seccional Região Metropolitana de Belo Horizonte (Requerimento nº 6.594/2013, do deputado Cabo Júlio);
- de congratulações com o Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, governador do Estado, pelos expressivos resultados obtidos pelas escolas estaduais e pelos alunos mineiros na 9ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas (Requerimento nº 6.595/2013, do deputado Duarte Bechir);
- de congratulações com a Sra. Ana Lúcia Gazzola, secretária de Educação, pelos expressivos resultados obtidos pelas escolas estaduais e pelos alunos mineiros na 9ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas (Requerimento nº 6.596/2013, do deputado Duarte Bechir);
- de congratulações com o Sr. José Carlos Pereira da Silva, investigador de polícia, pelo recebimento, em razão dos brilhantes serviços prestados à comunidade de Betim, do prêmio Policial Nota Dez, do Instituto Mineiro de Assistência e Promoção Humana, em parceria com o 2º Batalhão de Bombeiros Militares (Requerimento nº 6.598/2013, da deputada Liza Prado);
- de aplauso aos policiais rodoviários federais que menciona pela apreensão de maconha em Monte Alegre de Minas (Requerimento nº 6.602/2013, do deputado Sargento Rodrigues);



de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 20ª Companhia Independente da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/12/2013, em Monte Belo, na qual dois homens foram presos ao tentar explodir um caixa eletrônico (Requerimento nº 6.603/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais que menciona, lotados no 15º Batalhão de Polícia Militar e na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil, pela atuação em operação conjunta, em 5/12/2013, no Município de Patos de Minas, que resultou na prisão de cinco pessoas e na apreensão de drogas e armas de fogo (Requerimento nº 6.604/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 17º Batalhão de Polícia Militar e na 9ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na operação Impacto VII, em 5/12/2013, no Bairro Lagoinha, no Município de Uberlândia, que resultou na detenção de cinco pessoas e na apreensão de diversos itens, entre os quais equipamentos eletrônicos, munições, droga e R\$6.000,00 (Requerimento nº 6.605/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 47º Batalhão de Polícia Militar e na 6ª Companhia Independente da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 1º/12/2013, no Município de Muriaé, que resultou na apreensão de R\$15.000,00 e na prisão de um casal por envolvimento em furto no Município de Mirai (Requerimento nº 6.606/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 31º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/12/2013, no Município de Congonhas, que resultou na prisão de seis pessoas e na apreensão de eletrônicos, toucas ninjas, colete à prova de balas, drogas, armas e munições (Requerimento nº 6.607/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da PMMG, pela atuação na ocorrência, em 4/12/2013, no Município de Belo Horizonte, que resultou na apreensão de 50kg de maconha (Requerimento nº 6.608/2013, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 43ª Cia. PM/39º BPM, pela apreensão de drogas e pela prisão de dois homens por tráfico de drogas em Contagem, em 1º/12/2013 (Requerimento nº 6.609/2013, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 6ª Cia. PM/1º BPM, pela prisão de um homem e pela apreensão de uma menor por tráfico de drogas em Belo Horizonte, em 1º/12/2013 (Requerimento nº 6.610/2013, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, do 22º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 4/12/2013, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de uma mulher e na apreensão de droga (Requerimento nº 6.611/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o 2º-Sgt. PM César Vieira do Nascimento, do 1º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 29/11/2013, no Bairro Lagoinha, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de dois criminosos que estavam assaltando um coletivo (Requerimento nº 6.612/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 22ª Companhia de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 29/11/2013, em Inhapim, que resultou na prisão de quatro pessoas e na apreensão de armas, munições e drogas (Requerimento nº 6.613/2013, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais federais que participaram da prisão de cinco homens que utilizavam uma funerária como fachada para a prática do crime de tráfico de drogas, em Governador Valadares, em 29/11/2013, e da apreensão de armas, drogas, munições, balança de precisão e quantia em dinheiro (Requerimento nº 6.614/2013, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Rede Vitoriosa de Rádio e TV e com a Secretaria Municipal de Esportes de Uberlândia pela realização da Corrida das Cores, no dia 1º/12/2013 (Requerimento nº 6.615/2013, da deputada Liza Prado);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 18º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em Contagem, que resultou na recuperação de um carro roubado e na prisão de três homens (Requerimento nº 6.621/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 9ª Cia. Independente de Meio Ambiente e Trânsito da PMMG, pela atuação em ocorrência, na Rodovia MG-223, que resultou na apreensão de um veículo roubado e armas (Requerimento nº 6.622/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 6ª Cia. Independente de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em Leopoldina, que resultou na apreensão de drogas e na prisão de um homem (Requerimento nº 6.623/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 4º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em Delta, que resultou na apreensão de drogas, dinheiro, "tablet", relógios e pulseiras e na prisão de uma mulher (Requerimento nº 6.624/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 40º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em Ribeirão das Neves, que resultou na recuperação de um carro roubado, na apreensão de arma de uso exclusivo das Forças Armadas e na prisão de dois homens (Requerimento nº 6.625/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 44º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em Divisópolis, que resultou na prisão de quadrilha que praticava roubos de motocicletas, na apreensão de droga e armas, na prisão de um homem e na apreensão de um menor (Requerimento nº 6.626/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 29ª Cia. de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em Manhumirim, que resultou na prisão de um homem por homicídio (Requerimento nº 6.627/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 22ª Cia. Independente de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em Caratinga, que resultou na apreensão de droga e na prisão de um homem (Requerimento nº 6.628/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a direção do jornal *Raça* pelo lançamento desse jornal, em Uberlândia (Requerimento nº 6.629/2013, da deputada Liza Prado);

de congratulações com os policiais militares do 34º Batalhão de Polícia Militar que menciona, pela atuação na ocorrência, em 10 de dezembro, no Bairro Serrano, em Belo Horizonte, que culminou com a descoberta de um laboratório de refino de drogas, a apreensão de drogas, material para o refino, armas e quantia em dinheiro e a prisão de três pessoas (Requerimento nº 6.659/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o Sr. Edir Macedo pelo lançamento do livro *Nada a perder* (Requerimento nº 6.666/2013, do deputado Alencar da Silveira Jr.);

de congratulações com o Nacional Futebol Clube pela conquista do Campeonato Mineiro 2013 da 2ª divisão (Requerimento nº 6.668/2013, do deputado Tony Carlos);

de aplauso aos policiais rodoviários federais que prenderam um homem que transportava 23kg de pasta-base de cocaína na BR-381, em Sabará, no dia 10/10/2013 (Requerimento nº 6.742/2013, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 84ª CIA TM/39º BPM, pela prisão de um homem e pela apreensão de droga em Contagem, em 7/12/2013 (Requerimento nº 6.743/2013, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais federais que participaram da Operação Invasão, que resultou na apreensão de droga e na prisão de um dos maiores traficantes do Estado, em 10/12/2013 (Requerimento nº 6.744/2013, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares do 47º Batalhão de Polícia Militar que atuaram na operação, em 10/12/2013, em Carangola, que resultou na apreensão de armas e drogas e na prisão de várias pessoas (Requerimento nº 6.747/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares do 27º Batalhão de Polícia Militar que atuaram na ocorrência, em 6/12/2013, em Juiz de Fora, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de droga, armas e munição (Requerimento nº 6.748/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares da 5ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar que atuaram na ocorrência, em 11/12/2013, em Uberaba, que resultou na prisão de um jovem e na apreensão de uma adolescente, bem como de drogas e munição (Requerimento nº 6.751/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares do 39º Batalhão de Polícia Militar que participaram da ação, em 4/11/2013, no Bairro Bandeirantes, em Contagem, que resultou na recuperação de dois carros roubados e na apreensão de dois adolescentes, bem como de uma arma de fogo (Requerimento nº 6.752/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares do 48º Batalhão de Polícia Militar que atuaram na ocorrência que resultou na prisão, em 9/12/2013, no Bairro Palmeiras, em Ibitiré, de dois homens portando drogas, um dos quais, foragido de uma cadeia em Nova Era (Requerimento nº 6.756/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares do 40º Batalhão de Polícia Militar que atuaram na ocorrência, em 10/12/2013, em Ribeirão das Neves, que resultou na apreensão de um menor que havia assaltado uma casa lotérica, sendo parte do dinheiro recuperada, e uma arma de fogo, apreendida pelos militares (Requerimento nº 6.757/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a Sra. Ângela Fellet Miranda Chaves Rodrigues e o Sr. Carlos Eduardo Santos Rodrigues, delegados de polícia, que também participaram da importante ocorrência descrita nos Requerimentos nºs 5.903 e 5.910/2013, aprovados na Comissão de Segurança Pública (Requerimento nº 6.760/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a Escola Estadual Terezinha Pereira pela conquista do 1º lugar na edição de 2013 da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas e por ser a escola com o melhor desempenho em nove anos dessa competição (Requerimento nº 6.765/2013, do deputado Inácio Franco);

de congratulações com os policiais civis do Departamento de Investigações Antidrogas que atuaram na ocorrência, em Contagem, que resultou na prisão de um traficante portando frascos de lança-perfume (Requerimento nº 6.769/2013, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso à Sra. Vanderlucy de Oliveira Rosa, professora na Escola Lu Artes - Curso de Desenho, e a seus alunos pela exposição de quadros realizada na Câmara Municipal de Uberlândia, em dezembro de 2013 (Requerimento nº 6.824/2013, da deputada Liza Prado);

de congratulações com a Escola Municipal Professor Doriol Beato, de Conselheiro Lafaiete, por ter sido apontada pela Rede Globo de Televisão como uma das 10 escolas públicas brasileiras com melhor índice de aproveitamento no ensino de matemática (Requerimento nº 6.883/2013, da Comissão de Educação);

de aplauso aos policiais civis da 7ª Delegacia Especializada de Homicídios, de Contagem, que participaram de operação que culminou na elucidação do assassinato de Carlos Alberto Duarte, pai de família e taxista, ocorrido em 26/4/2012, e na prisão dos assassinos (Requerimento nº 6.888/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais e ao Secretário de Defesa Social pelo excelente trabalho efetuado pelo 44º Batalhão da PMMG nas comunidades do Quilombo Marobá dos Teixeiras e do Acampamento 16 de Abril, localizados no Município de Almenara (Requerimento nº 6.912/2013, da Comissão de Direitos Humanos).

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 4/2/2014**

O deputado Sargento Rodrigues* – Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, servidores do Poder Judiciário que se fazem presentes em nossas galerias representados pela presidente do Serjusmig, Sra. Sandra Silvestrini, toda a imprensa, retornamos à tribuna desta Casa para demonstrar nossa profunda indignação não só em meu nome, mas, com absoluta certeza, em nome das famílias do casal Alexandre Werneck de Oliveira e Livia Vígiano Rocha Silveira, ambos assassinados covardemente na Serra do Cipó, no dia 3 de janeiro deste ano.

Nossa indignação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é pela frouxidão da legislação penal em nosso país, é pela falta de punição, deputado Wander Borges. Mais uma vez a violência bate ao nosso lado, muito próxima de todos nós, ao sofrermos a perda do advogado, servidor concursado desta Casa, Alexandre Werneck de Oliveira, com o qual tive a grata satisfação de trabalhar. Ele me assessorou quando presidi a Comissão de Segurança Pública, nos anos de 2007 e 2008.

O que estamos fazendo? O que estamos fazendo, deputado Adelmo? Absolutamente nada. Não estamos fazendo nada, e é preciso que venhamos a reagir. Não podemos deixar o crime avançar tanto sem uma resposta. Já disse desta tribuna uma dezena de vezes e vou repetir: a Presidência da República e o Congresso Nacional estão dormindo, e, enquanto isso, pessoas honradas, trabalhadores e pais de família estão sendo mortos violentamente por criminosos, que depois recebem uma pena muito branda, deputado Wander Borges - aproveito para dizer que temos grata satisfação pelo seu retorno nesta Casa. Em tese, eles poderão sofrer uma pena que pode variar de 24 a 30 anos: a pena cominada para o crime de latrocínio. Aliás, no caso, foi um crime bárbaro, ou melhor, um duplo latrocínio que chocou não só Belo Horizonte, mas toda a nossa Minas Gerais.

Imagine, deputado Wander Borges, não existe condenação. Certamente eles deverão ser condenados a 24 anos de prisão. A imprensa vai estampar no outro dia: “Assassinos do casal Alexandre e Livia Viggiano foram condenados a 24 anos de prisão”. Eles vão cumprir oito anos, um terço da pena, e vão ganhar as ruas. Pergunto a V. Exa.: isso é punição? Não. Precisamos acordar. Precisamos iniciar um movimento nesta Casa para que as nossas vozes cheguem até Brasília.

O deputado Wander Borges (em aparte)* – Inicialmente, deputado Sargento Rodrigues, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Com alegria, estamos retornando à Assembleia Legislativa depois de três anos como secretário de Estado. Mas quero ajudar com uma pequena reflexão.

Fizemos um resumo para que tenham ideia. O Brasil é a quarta maior população carcerária do mundo. Aqui se prende 7,3 vezes mais do que a média mundial. A população carcerária cresceu 221% nos últimos 16 anos. Passamos de 170 mil presos para praticamente 600 mil presos, exceto os mandados de prisão em aberto. Isso nos remete a uma condicionante: alguma coisa está errada, não está funcionando. O Brasil precisa refletir. Há de se considerar ainda, deputado Sávio, que a maioria das pessoas presas tem idade entre 18 e 25 anos. Então, o Brasil precisa ser humilde para ver onde erramos.

O deputado Sargento Rodrigues* – Vou conceder aparte ao deputado Sávio e, em seguida, ao deputado Durval Ângelo.

Sem medo nenhum de errar, deputado Wander Borges, esclareço que fiquei 15 anos na Polícia Militar combatendo o crime; há 15 anos exerço um mandato e há 2 anos já exerço a advocacia; portanto, posso afirmar a V. Exa. que o Brasil virou um país onde o criminoso sempre leva a melhor sobre a vítima. O resto que ouvimos por aí afora é conversa fiada.

O deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, inicialmente quero cumprimentá-lo pela reflexão sobre a degradação da segurança especificamente em nosso estado. Acompanhamos o crime que vitimou o nosso servidor Alexandre Werneck e também o servidor da Câmara Municipal, Christiano, que foi assassinado na porta da sua casa no Bairro Buritis.

Se me permite, o objetivo deste aparte é muito menos agregar alguma coisa - até porque pouco poderia fazer nesse sentido às reflexões sobre segurança de V. Exa - que prestar publicamente a minha homenagem ao Alexandre Werneck. Tive a oportunidade de trazer o Werneck para a assessoria da liderança do Governo quando eu exercia essas funções no governo Itamar. Ele era ainda jovem, mas tinha aquilo que, de certa forma, marca a assessoria, sobretudo a mais jovem desta Casa: a devoção à causa legislativa e a percepção da Assembleia Legislativa como um Poder independente, mudando um pouco o que é a tradição desta Casa.

O Werneck levou toda a sua competência, todo o seu espírito democrático e de visão da Assembleia como Poder quando me assessorou na liderança do governo. Gostaria de ter feito uma homenagem a ele ontem, mas o deputado Rogério Correia se adiantou, e, de todo jeito, a homenagem foi feita. Mas, devido ao convívio que tive com ele, que acabou nos tornando amigos, não poderia deixar de prestar-lhe uma homenagem também. Agradeço a V. Exa. por ceder-me parte de seu pronunciamento para que eu fizesse essa modesta, mas sincera, homenagem ao servidor Alexandre Werneck. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues* – Agradeço ao deputado Sávio Souza Cruz. Esperamos conseguir sair da comodidade. Tenho conversado com diversos servidores desta Casa. Precisamos empunhar uma bandeira, deputada Rosângela, porque não podemos mais ficar acomodados. Infelizmente, daqui a pouco, ninguém mais se lembrará do Alexandre Werneck, e os seus algozes estarão nas ruas novamente.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, o seu pronunciamento é providencial. Em nome da Comissão de Direitos Humanos, já manifestamos nossa solidariedade e nosso pesar à família e aos amigos do Alexandre e de sua companhia. Amanhã, conto com a presença de V. Exa. na comissão, ocasião em que apresentaremos uma moção por escrito para ser encaminhada aos familiares. Na época do crime, postamos a nossa solidariedade nas redes sociais.

Acho que o deputado Wander Borges trouxe um assunto preocupante, que é o aumento da violência. Precisamos olhar para isso de forma mais estrutural e comprometer os governos estaduais, municipais e federal numa ação mais arrojada para reduzir a violência. A insegurança está muito grande. Deputado Sargento Rodrigues, representante de um setor importante desta Casa, vivemos uma



situação caótica na segurança pública em Minas Gerais. A situação da polícia judiciária quanto à infraestrutura nos faz chorar. É realmente lamentável! Não se investe em segurança em Minas. A situação dos efetivos da Polícia Militar quanto à infraestrutura e às condições de trabalho é difícil. V. Exa. traz problemas constantes à Comissão de Direitos Humanos, como o assédio moral aos policiais. O autoritarismo da época da ditadura está voltando em muitos comandos regionais. Os trabalhadores da área de segurança estão angustiados e sofrendo assédio moral. Isso deve servir de reflexão para o governo do Estado. Alguma coisa tem de ser feita. Hoje, temos de atribuir a responsabilidade maior ao ente federativo Estado.

Repito: amanhã, conto com a presença de V. Exa. na moção que apresentaremos na Comissão de Direitos Humanos.

O deputado Sargento Rodrigues* – Agradeço a V. Exa. sua fala serve como reflexão. Eu já estou um pouco calejado. Temos o caso da menina Míriam Brandão, assassinada pelos irmãos Wellington e William, funcionários da farmácia do pai e da mãe da vítima. Eles sequestraram, estupraram, queimaram, mataram e esconderam o corpo da menina de 5 anos no Bairro Dona Clara, em 1992, e já estão nas ruas novamente. O assassino do promotor Francisco José Lins do Rêgo já está nas ruas. Por que, deputado Wander Borges? Porque o direito penal brasileiro é uma lástima, é uma falácia! A Dra. Corinne Davis nos ensinava, no curso de pós-graduação de Criminalidade e Segurança Pública – Crisp -, da UFMG, e não me esqueço de suas palavras, deputada Rosângela Reis: “Para que a pena tenha realmente o efeito que precisa alcançar, ela deve ter três eixos: ser uma pena certa, célere e severa”. No Brasil, vamos analisar isso sob a ótica do direito penal brasileiro: não é certa a punição, não é célere - ela é lenta -, e severa muito menos. O direito penal brasileiro é uma lástima para deter esse tipo de criminoso. Para os crimes violentos contra a pessoa, independentemente da idade, já passo a defender, no mínimo, 50 anos de prisão, porque, se o preso tiver, deputado Duílio de Castro, 25 anos, ele vai pensar: “Olha, se eu cometer latrocínio, vou tomar 50 anos de cadeia, sem progressão, sem regime. Sairei com 75 anos”. O maior bem jurídico não é mais a vida - só se for a vida do bandido.

O nosso querido Alexandre foi embora. Uma pessoa pacata, tranquila, muito comedida. Todos nós aqui entendemos que ele era uma pessoa bacana, que pagava seus impostos, cumpria as leis e as regras sociais, mas foi morto junto com a sua namorada. Sabe por que, Inácio Franco? Por causa de dois aparelhos celulares e R\$170,00. Porém, esses dois monstros que fizeram isso vão cumprir oito anos de prisão, e isso se não fizerem rebelião na cadeia, botarem fogo no colchão, exigirem comida bem-feita, fizerem greve de fome e matarem agente penitenciário. O direito penal brasileiro protege apenas o bandido.

Deputado Duílio de Castro, hoje existe uma corrente no meio acadêmico dizendo que as pessoas querem conviver com o direito penal do inimigo, porque não se pode punir desse jeito - já estou concluindo, Sr. Presidente, afinal, concedi três apartes. Que direito penal temos? Isso é conversa fiada de gente que se estruturou sob a ótica da teoria, o tempo todo atrás da mesa, que não conhece a realidade do que está acontecendo lá fora.

A outra matéria, deputado Inácio Franco, diz respeito a um adolescente de 16 anos que matou dois moradores de rua dia 31 de janeiro, próximo à Praça da Estação. Quando foram olhar o histórico dele, viram que ele já tinha matado 15 pessoas, mas estava na rua. Aí eu pergunto: até quando ficaremos de braços cruzados?

Acredito que, por ter me referido ao nosso colega de trabalho, o Dr. Alexandre Werneck, terei, inclusive, a compreensão de alguns segundos dos nossos colegas deputados. Encerro a minha fala dizendo o seguinte: deputado Inácio Franco e deputada Rosângela Reis, temos de sair do comodismo. Precisamos criar um movimento e abraçá-lo, ir para as ruas e exigir do Congresso e da presidência que tenhamos uma lei penal que realmente puna o bandido, o criminoso. São essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Agostinho Patrus Filho* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de iniciar o meu pronunciamento, quero conceder um aparte ao nosso colega Duílio de Castro.

O deputado Duílio de Castro (em aparte) – Muito obrigado, deputado Agostinho Patrus Filho. Devido ao curto tempo, não tive oportunidade de parabenizar o deputado Sargento Rodrigues, que sempre tem cobrado desta Casa e realizado ações visando melhorar a segurança pública. Mas é bom que pressionemos o governo federal. É bom que a população saiba que esta Casa não tem poderes para mudar algumas leis tão necessárias em nosso país. Precisamos de um bom Código Penal, de uma reforma desse código, precisamos de uma reforma do Judiciário, que está soltando bandidos porque a lei os protege. A lei diz que os bandidos podem sair cumprindo 1/5, 1/4, 1/3 da pena. Em nosso país ocorrem hoje mais de 50 mil assassinatos por ano, vivemos uma guerra incubada. O governo federal tem a agenda de discussão, pois tem a maioria no Congresso e pode chamar esse tema para discussão, pode discutir a maioria penal e a reforma do código. Precisamos que o governo federal assuma sua responsabilidade.

Esta Casa precisa, sim, pressionar, precisa se manifestar. Estamos aqui cobrando do governo federal. Queremos que traga essa agenda de discussão, que busque a população, que busque o clamor. O que mais temos recebido em nossas andanças pelo Estado é o clamor por segurança pública. Precisamos dar o mínimo do que a Constituição garante aos cidadãos brasileiros: o direito de ir e vir. Esta Casa precisa, sim, contribuir, e vamos contribuir. Este é o ano em que todos nós temos a responsabilidade de fazer isso, porque não podemos deixar que todos os bandidos que são presos... Podem olhar que na ficha deles há 5, 10, 15 delitos, mas eles infelizmente não ficam presos. O cidadão de bem é que está cumprindo a parte do bandido, é ele que fica preso em casa.

Queria agradecer ao deputado Agostinho Patrus Filho e deixar aqui minha manifestação. Usarei esta tribuna também para me manifestar, para cobrar do governo federal, que entrega hoje um país muito pior do que o que pegou 12 anos atrás e não faz nada por uma agenda de discussão, que deveria ser dele. É preciso retomar esse tema tão polêmico, tão importante e tão necessário para proteger a vida do cidadão brasileiro, que infelizmente está nas mãos do bandido.

Muito obrigado, deputado, por esse aparte.

O deputado Agostinho Patrus Filho* – Muito obrigado, deputado Duílio de Castro.

Sr. Presidente, em meu retorno a esta Casa, não poderia me furtar, neste primeiro dia, de vir a esta tribuna. Estou retornando juntamente com o deputado Wander Borges. Sou testemunha do trabalho que o deputado Wander Borges executou no governo do Estado, dando uma contribuição fundamental nas duas secretarias de que esteve à frente, com brilhantismo, honrando a tradição desta



Casa de ceder ao governo de Minas nomes importantes, pessoas competentes e éticas. Para mim é uma alegria ter participado da equipe do governador Antonio Anastasia e também de ter, ao lado do deputado Wander Borges, levado nossa contribuição.

Quero falar da minha alegria de retornar a esta Casa. Sou testemunha dos grandes debates que aconteceram aqui. Pude ver, estando nesses três anos no governo do Estado, os projetos de iniciativa do governo de Minas que para cá foram encaminhados. Eles foram, sem dúvida alguma, extremamente aperfeiçoados pela discussão que se travou nesta Casa. Discussão às vezes calorosa, mas, acima de tudo, buscando o norte, a melhor condição e a melhor qualidade de vida para os mineiros.

Portanto, quero também, no retorno a esta Casa, sob a liderança do deputado Inácio Franco, que será o líder do nosso bloco aqui na Assembleia, agradecer ao deputado Tiago Ulisses pela brilhante atuação como líder nos três anos em que esteve à frente do nosso bloco. Tenho certeza de que a liderança do deputado Inácio Franco fará com o que o bloco que hoje o PV lidera na Assembleia Legislativa continue trazendo discussões importantes, continue com a participação efetiva não só no Plenário desta Casa mas também nas diversas comissões de que participa.

Também não posso deixar de agradecer aos suplentes que me substituíram aqui. Agradeço ao deputado Rômulo Veneroso pelos dois primeiros anos, pelo seu trabalho, pela luta por Betim, e também ao deputado Juarez Távora, que, no último ano, com a efetivação do deputado Rômulo Veneroso, passou a ocupar a cadeira do PV nesta Casa. Portanto, tenho certeza de que o PV foi muito bem representado nesses três anos.

Na Secretaria de Turismo trabalhamos muito. Fico feliz em ver que só foi possível chegar aonde estamos com o apoio do governador Anastasia, do vice-governador Alberto Pinto Coelho e também da equipe extraordinária que encontrei na Secretaria de Turismo. Quero falar da satisfação de ver na capa da revista *Veja BH*, que circula em Belo Horizonte, desse último final de semana, um assunto pelo qual lutamos muito nos três anos na Secretaria de Turismo: a concretização sobre o caminho religioso da Estrada Real. São cerca de mil quilômetros que ligam a padroeira do Brasil, Aparecida, até a padroeira de Minas Gerais, na Serra da Piedade, Nossa Senhora da Piedade, em Caeté.

Vamos, com os investimentos feitos, preparar toda essa rota para que os peregrinos possam – e os mineiros gostam de peregrinar – ir também à Aparecida. Cinquenta por cento dos 10 milhões e meio de peregrinos que todos os anos vão à Aparecida visitar a padroeira do Brasil são mineiros. Eles poderão também conhecer a padroeira de Minas. Colocar o santuário da Nossa Senhora da Piedade em um dos pontos mais altos da região metropolitana, além de uma imensa beleza natural, será muito significativo para todos nós, católicos de Minas Gerais. Vamos investir em placas: a cada 500m haverá placas de sinalização para que as pessoas caminhem com segurança. Estamos também preparando um pequeno livro para que os visitantes possam se instruir sobre os locais onde se alimentar, pernoitar, e quais as distâncias que irão encontrar nos 30 trechos que formam esse caminho religioso. Poderão também carimbar seu passaporte.

Quero agradecer, lembrando a imensa participação e o efetivo trabalho da Igreja Católica, que terá local determinado para o carimbo nos passaportes. Os peregrinos que concluírem os mil quilômetros, independentemente de fazê-los de uma vez só, poderão receber seu diploma de peregrino do caminho religioso da Estrada Real. Mas, além disso, fizemos muito mais: uma estrada do conhecimento, em que estamos levando alunos das escolas estaduais de Belo Horizonte a conhecer Ouro Preto e outras cidades históricas, para valorizar nosso patrimônio, pois, afinal de contas, só quem conhece, só quem tem oportunidade de ver as belezas das cidades históricas pode preservá-las. Também foi feito nessa estrada um trabalho com a gastronomia de Minas Gerais, reconhecido no mundo inteiro: em Madri, em Frankfurt, nas feiras de que participamos. Sem dúvida, isso tudo molda o trabalho realizado nesses três anos.

Também fizemos muito quanto à qualificação profissional e ao preparo para os grandes eventos que teremos no Brasil: a Copa do Mundo, neste ano, e as Olimpíadas, em 2016. Portanto, tenho certeza do dever cumprido junto ao governo de Minas e junto à Secretaria de Turismo. Mas, mais do que tudo isso, sinto-me honrado em voltar a conviver aqui com parlamentares, com pessoas tão amigas. A discussão dos temas importantes de Minas Gerais, sem dúvida alguma, passa por esta Casa. Retorno aqui com a certeza de que o aprendizado que tive e que tenho a cada dia com os colegas, com os companheiros desta Casa, com as discussões aqui travadas, com as audiências públicas realizadas no interior do Estado, contribuiu e foi fundamental para que pudéssemos, junto ao governo de Minas, realizar o trabalho que realizamos.

O deputado Bosco (em aparte) – Caro deputado Agostinho Patrus Filho, quero aqui, de forma breve, fazer uma saudação primeiramente a V. Exa., desejar-lhe as boas-vindas, um bom retorno a esta Casa. V. Exa. é um parlamentar referência da política do Estado de Minas Gerais e esteve, por um tempo, cedido por esta Casa, vamos dizer assim, a este nosso governo de sucesso do governador Anastasia. Pudemos presenciar a atuação de V. Exa. à frente desta pasta tão importante, o Turismo. Temos a certeza de que V. Exa. deu uma contribuição importante para este governo, sobretudo nos avanços e na implementação do turismo de Minas Gerais.

Da mesma forma, saúdo aqui o deputado Wander Borges, que esteve licenciado também, com a mesma incumbência, com a mesma missão de contribuir com este nosso governo. Para nossa alegria, agora está aqui de volta à Casa.

Caro deputado Agostinho, parabéns ao governo e V. Exa. por terem deixado este marco dentro da secretaria, com relação ao turismo religioso. Sabemos que Minas Gerais tem um potencial muito grande no setor de turismo de negócio, das nossas águas, das estâncias hidrominerais, das nossas grutas espalhadas pelas mais diversas regiões, mas temos também um potencial muito grande com relação ao turismo religioso. V. Exa. disse muito bem da importância desse circuito, ligando Minas Gerais ao maior santuário, que é Aparecida do Norte, passando também pelo Santuário de Nossa Senhora da Piedade.

Ressalto também, deputado, a importância do turismo religioso na nossa região do Alto Paranaíba. Temos hoje, na cidade de Campos Altos, o segundo maior santuário de Nossa Senhora Aparecida do País. Ele recebe, da mesma forma, milhões de pessoas todos os anos em visita. Próximo àquela região, já no Triângulo Mineiro, temos lá em Uberaba o Santuário da Medalha Milagrosa, que recebe milhões e milhões de turistas que ali vão, diária e anualmente, professar sua fé. Precisamos, pois, de políticas públicas para potencializar e melhorar ainda mais a infraestrutura nessas cidades que contam hoje com esses santuários. Eram essas as minhas palavras. Seja muito bem-vindo. Sucesso sempre.

O deputado Agostinho Patrus Filho* – Muito obrigado, deputado Bosco.

O deputado Inácio Franco (em aparte)* – Deputado Agostinho Patrus Filho, gostaria de dar-lhe as boas-vindas. V. Exa. fez um belo trabalho na Secretaria de Turismo de Minas Gerais. Acompanhamos o seu trabalho, e, sem dúvida alguma, Minas ganhou muito com V. Exa. à frente daquela secretaria.

O retorno de V. Exa. a esta Casa como presidente do PV é fundamental, principalmente neste que é um ano de eleições. Então, repito, a sua presença aqui no comando do PV é de suma importância.

Assim, parabeno-o por retornar a esta Casa, assim como parabeno o deputado Wander Borges, que também contribuiu muito com a administração do nosso governador Anastasia. Desejo-lhe sucesso, pois sabemos da competência de V. Exa. Estaremos aqui trabalhando conjuntamente, apoiando projetos importantes para o nosso governo. Parabéns. Sucesso.

O deputado Agostinho Patrus Filho* – Obrigado, deputado Inácio Franco, nosso líder nesta Casa. Serei seu comandado neste Parlamento.

Concedo aparte ao deputado Tiago Ulisses, parabenizando-o pela grande liderança que exerceu à frente do nosso bloco nesses três anos.

O deputado Tiago Ulisses (em aparte)* – Prezado deputado Agostinho Patrus e grande amigo, há mais de 30 anos tenho a alegria de viver com sua família, por intermédio dos meus pais e dos nossos irmãos. É uma alegria, mais uma vez, tê-lo aqui no Parlamento, engrandecendo a história da Assembleia de Minas, continuando o grande trabalho que seu pai, o eterno presidente padrinho Agostinho Patrus, realizou nesta Casa.

Agradeço as palavras de V. Exa. Desejo-lhe um grande trabalho, pois competência já demonstrou aqui e fora daqui, não só no governo, mas na sua vida particular, como administrador de empresas. Assim, é uma pessoa que tem muita competência e muito a acrescentar ao Parlamento mineiro. Agradeço suas palavras e desejo-lhe um grande retorno à Assembleia Legislativa. Obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Agostinho Patrus Filho* - Obrigado aos deputados que aqui se manifestaram. Sr. Presidente, quero agradecer a todos e dizer que serei mais um trabalhador pelos interesses de Minas Gerais, pela luta por uma qualidade de vida melhor para os mineiros e por um futuro cada vez melhor para nossos filhos e netos que virão. Muito obrigado. Sr. Presidente, obrigado pela gentileza de permitir a palavra de todos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Sempre presente, presidente. Queria cumprimentar nosso presidente, deputados, deputadas, servidores da Assembleia Legislativa no retorno para a 4ª Sessão Legislativa desta legislatura. Também estendo os cumprimentos aos telespectadores que acompanham a TV Assembleia.

Com certeza o ano de 2014 será muito importante, ano em que teremos eleições presidenciais e estaduais, ano em que estaremos acompanhando, de maneira muito atenta, os desdobramentos das economias internacional e nacional, bem como a continuação e o aprofundamento do processo de inclusão social e de distribuição de renda em curso no País, e ano em que teremos a Copa do Mundo. Este será um megaevento importante para o País, mas também alvo de algumas críticas. Com certeza, o esforço não só do governo federal, mas dos governos estaduais e da iniciativa privada é no sentido de que realizemos uma ótima Copa do Mundo, deixando um legado importante para as atuais e futuras gerações, principalmente quanto à mobilidade urbana, às obras de infraestrutura, além das arenas. E simbolicamente o evento deixará também o imprescindível apoio às iniciativas vinculadas ao esporte, que entendo serem fundamentais para uma juventude sadia, uma juventude que prima pela convivência social.

Este ano atípico - no qual as nossas eleições de dois em dois anos nos colocam o desafio de compatibilizar administração pública com calendário eleitoral e realização da Copa do Mundo - não pode, de maneira alguma, afetar o compromisso que o Poder Legislativo tem com uma agenda que, independentemente de eleição e de Copa do Mundo, se impõe a todos nós: uma agenda variada. Essa agenda variada, plural também aponta desafios muito objetivos para a Assembleia de Minas. Rapidamente, pelo tempo, gostaria de enumerá-los para este semestre legislativo.

Ano passado fizemos um acordo que contou com o aval do presidente da Assembleia, deputado Dinis Pinheiro, no sentido de que priorizássemos a agenda ambiental no primeiro semestre. Temos importantes projetos tramitando. Eles dizem respeito à proteção ambiental do chamado Vetor Sul, no Quadrilátero Ferrífero, no entorno da região metropolitana, no chamado Sinclinal Moeda, onde existem muitos conflitos entre atividade minerária, uso residencial e proteção ambiental, principalmente das nascentes, com efeito no microclima da região.

É muito importante agilizarmos a aprovação desses projetos. Eu mesmo sou autor de um projeto que trata do estabelecimento de diretrizes para todo o Sinclinal Moeda, uma região que vai de Belo Horizonte às proximidades de Congonhas. Precisamos pôr um ponto final nessa indefinição. Reconhecemos, sim, a importância para a economia mineira da atividade minerária, mas esta não pode se sobrepor a outras demandas e vocações, como o turismo, o uso residencial e as reservas e proteção de matas e nascentes. Dentro do que prevê o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e as propostas de organização do espaço metropolitano, precisamos priorizar essa questão. Assim, espero que até abril esta Casa aprove esse projeto. Lembrando que todos os anos entidades ambientalistas realizam o chamado abraço da Serra da Moeda, apresento um desafio a esta Casa: que este ano, no mês de abril, o abraço não seja realizado para cobrar a tramitação de projetos de lei, mas para que seja sancionada a lei de proteção do Sinclinal Moeda. Está nas mãos da Assembleia tomar essa decisão, e a Comissão de Meio Ambiente terá papel fundamental nisso. No final do ano passado, estabelecemos o compromisso público com um cronograma de trabalho, e espero que essa agenda seja cumprida.

Além disso, há um projeto, de minha autoria e do deputado Dinis Pinheiro, muito importante para o estímulo à reciclagem em Minas Gerais. Esse projeto é resultado de um debate público dos mais participativos realizados no ano passado, na Assembleia, com a participação do Movimento Lixo e Cidadania, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e de dezenas de associações e cooperativas de catadores. Apresentamos nesta Casa um projeto que impede a incineração de resíduos sólidos, pois



sabemos que a incineração diminuiu o potencial de geração de renda com a utilização do material reciclável coletado pelas associações, além de trazer graves prejuízos à saúde humana. O projeto já foi aprovado em 1º turno; esperamos que seja aprovado também em 2º turno e sancionado pelo governador Anastasia, até porque está em curso um edital de parceria público-privada para o resíduo sólido no colar metropolitano e não queremos que se concretize nenhum tipo de parceria que permita a incineração de resíduos sólidos. Atualmente, essa é uma bandeira internacional, e podemos dar um exemplo na Assembleia, votando e aprovando rapidamente, em 2º turno, esse projeto.

A terceira proposta que quero expor diz respeito a todos os deputados e deputadas: é a PEC do chamado orçamento impositivo estadual. Essa é uma discussão nacional sobre o cumprimento e a efetivação das emendas parlamentares, e tive a responsabilidade de ser escolhido para ser o relator dessa PEC. Assim, quero levantar uma nova perspectiva de abordagem que pretendo adotar no parecer que vou emitir sobre essa PEC, obviamente após discutir com os líderes partidários e com a sociedade. Não quero tratar do orçamento impositivo na Assembleia sob a lógica corporativa dos parlamentares, nem sob a lógica paroquial, por mais importantes que sejam as emendas destinadas aos municípios. Elas terão, sim, a nossa atenção. Aliás, esse processo, da forma como hoje é realizado, sacrifica muito o parlamentar e os municípios: insegurança, não efetivação no ano em curso, insegurança sobre se a emenda será cumprida ou não. Mas nós temos, com a análise dessa proposta de orçamento impositivo estadual, outra perspectiva: além de resguardar a legítima ação dos parlamentares em relação às regiões e aos municípios, avançar para a introdução na Constituição Estadual dos mecanismos inovadores que a Assembleia adotou, de discussão do orçamento e do Plano Plurianual com a participação popular. Queremos orçamento impositivo também para sugestões populares no embrião do que poderá ser o orçamento e o planejamento participativo de todo o conjunto do orçamento em nosso Estado.

No momento em que principalmente a juventude vai às ruas, que os movimentos sociais querem mais transparência e participação, notamos que passou da hora de sermos mais ousados e abriremos o planejamento para uma efetiva participação de maneira interiorizada. Temos acúmulo na Assembleia, nos últimos 10 anos, para isso. Fazemos o monitoramento semestral, a revisão anual do planejamento, as audiências públicas aqui e no interior; temos o *site* e a ação efetiva de monitoramento de políticas públicas, agora com a possibilidade de incidência direta do cidadão também no processo legislativo, dando a sua opinião. Então, estamos amadurecidos para inserir na Constituição Estadual a previsão de uma discussão mais democrática do orçamento e do planejamento. E é bom que aproveemos isso este ano. No próximo, não sabemos quais partidos estarão no governo, se o PSD, o PSB, o PT ou outros partidos que também lançarão candidatos ou candidatas. Então, é importante que, independentemente do partido que saia vitorioso nas eleições, no próximo ano teremos aqui, nesta Casa, oposição e situação, e as emendas merecem tratamento republicano. Elas não podem ser instrumentos de negociação, não podem ser moeda de troca, de coerção, de pressão ou de enrolação. Temos de ter grande respeito pelas deliberações sobre o orçamento realizadas na Assembleia pelos parlamentares ou por parte da sociedade civil organizada.

Teremos ainda, neste semestre, mais uma edição interiorizada do projeto Parlamento Jovem, que nasceu na Comissão de Participação Popular e hoje tem como protagonista a Escola do Legislativo. Este ano, 29 câmaras municipais participarão do Parlamento Jovem, que tratará de um tema fundamental. O tema foi escolhido pelos jovens e mostra exatamente a qualidade do projeto. Os jovens resolveram discutir no Parlamento Jovem “Envelhecimento e qualidade de vida”, fazendo um debate intergeracional.

Além da interiorização e da etapa final aqui, no Plenário, haverá também as etapas regionais. Em abril, pela Comissão de Participação Popular, teremos a realização do Abril Indígena, mais um momento de balanço e cobrança de políticas públicas voltadas para a questão indígena no nosso Estado. Estaremos acompanhando de perto a execução das emendas populares empenhadas no ano passado e aprovadas para o ano de 2014. Algumas eu destacaria, principalmente as relacionadas com o combate do trabalho infantil, da violência, da exploração sexual e do tráfico de pessoas, em função da Copa do Mundo também. É importante que, desde já, os poderes públicos se organizem para a realização de ações preventivas nesse sentido. Portanto, teremos um ano muito intenso. Na capital, Belo Horizonte, estamos em um processo de conferência municipal de política urbana. A Assembleia também será uma trincheira para evitar que Belo Horizonte seja apropriada de maneira prejudicial, no que se refere às questões ambiental e de mobilidade, simplesmente, por interesses econômicos, por meio da operação urbana consorciada, denominada Nova BH. Precisamos que esse projeto somente tenha a sua tramitação na Câmara Municipal, após a deliberação da Conferência Municipal de Política Urbana. Movimentos importantes, como o movimento “Salve Santa Tereza”, estão muito atentos nesse sentido. Portanto, deputados e deputadas, em que pese ser este o ano da Copa e o ano das eleições gerais, para presidente e governadores, temos de ter a responsabilidade de agilizar a pauta de votação e resgatarmos os compromissos assumidos ao final do ano. Reiteramos que a questão ambiental é muito importante e lutaremos para que até o mês de abril os projetos de preservação e proteção ambiental sejam aprovados nesta Casa. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Cabo Júlio* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, pessoas que nos assistem pela TV Assembleia, quero trazer aqui um assunto, no meu entendimento, da maior importância, que é a questão dos militares de Minas Gerais. Em 1998, o governo do Estado se apoderou – e a palavra é essa – de um recurso de quase R\$1.000.000.000,00 que estava na caixa do Instituto de Previdência dos Servidores Militares e levou o dinheiro para o caixa dois. O governo Aécio decidiu devolver esse dinheiro sob a forma de um financiamento habitacional, ou seja, ele nos devolveria o nosso próprio dinheiro, sob forma de financiamento, e pagaríamos ao governo com o dinheiro que era nosso. Mas tudo bem, já que era um dinheiro perdido. Foi criado então o Promorar, que é um programa habitacional destinado a policiais que moram em área de risco e estão ameaçados, com juros subsidiados pelo governo de 2,5% a 5%. Até aí tudo bem.

Como o dinheiro é pouco e há muita necessidade, é feito um sorteio. Os policiais então foram sorteados. Uma vez sorteados, procuram uma casa para comprar, dão entrada no contrato, pagam o ITBI à prefeitura para fazer a escritura hipotecada ao BDMG, que é o órgão que controla isso. E o que vem acontecendo? Alguns policiais deram como entrada o carro, ou a casa em que moravam, ou



fizeram outro empréstimo para dar o valor como entrada e poder adquirir esses imóveis. E os processos chegaram ao final, depois de toda uma parafernália de documentos, em novembro e dezembro, no BDMG, e agora a resposta do banco para os militares é que não tem dinheiro para pagar, porque o governo do Estado não repassou dinheiro para o BDMG.

Ora, vamos lá. Primeiro, o dinheiro é nosso, e nos está sendo devolvido para o devolvermos, sob forma de pagamento. Vários policiais, deputado João Leite, nosso presidente da Comissão de Segurança Pública, correm risco de perder a entrada, aquilo que deram para comprar o imóvel. E o dono do imóvel fala: “Espera aí, meu amigo, a minha paciência tem limite. Começamos a negociar em agosto, terminamos a documentação em dezembro” - muitas vezes o policial já mudou, acreditando que o banco pagaria em 30 dias -, “estamos em fevereiro, e você me diz agora que o banco não tem dinheiro para pagar?”.

Então eu queria fazer um apelo ao governador Anastasia para que não permita que os policiais que entraram no financiamento do governo do Estado – repito, financiamento do governo do Estado – sejam despejados, porque o BDMG não tem dinheiro para pagar o recurso de financiamento contratado junto ao próprio Estado. Estamos entrando num ano complexo, num ano eleitoral. Longe de mim querer fazer politicagem com a desgraça alheia, mas estão chovendo telefonemas em nosso gabinete, porque os policiais não têm a quem recorrer. “Olha, com o restinho de dinheiro que eu tinha, fiz a escritura, paguei o ITBI e dei entrada num financiamento. Já assumi a posse do imóvel financiado, e agora o banco diz que não tem sequer data para efetuar esse pagamento”. Então, a minha primeira fala é essa.

Faço um apelo ao governador do Estado para que determine à Secretaria de Fazenda do Estado que repasse dinheiro para o BDMG. Repito: esse dinheiro era do IPSM, ou seja, nosso, do nosso instituto de previdência. Foi um plano de moradia criado pelo governador Aécio. Não deixe que os policiais voltem às ruas, aos locais... Muitas vezes o policial que pagava o aluguel já entregou a casa e assumiu a posse de um imóvel que comprou financiado. Governador, sob forma de apelo, peço-lhe que não deixe que isso aconteça.

Outro ponto sobre o qual quero falar nesta tarde é a chamada ajuda de custo, que não é uma concessão nem uma regalia, mas um direito do servidor. Como qualquer cidadão, o servidor público tem muitos deveres. Quando recebemos o nosso pagamento, a nossa contribuição previdenciária é retida na fonte. Então, já vem com o desconto. O servidor público militar tem direito de receber ajuda de custo quando é deslocado de uma cidade para outra por interesse do serviço ou para fazer algum curso de qualificação, reciclagem e formação, como é o caso do Curso de Formação de Sargentos. O que é ajuda de custo? É um vencimento que o servidor recebe para prover seu deslocamento e da sua família de uma cidade para outra. Esse direito deveria ter sido pago quando do deslocamento e da transferência do servidor que aconteceu em agosto, setembro. Agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro... Até aí tudo bem, pois era uma força-tarefa para juntar recurso, a fim de pagar o décimo-terceiro, que foi pago em dia. No entanto, passaram dezembro e janeiro, e estamos em fevereiro, e esses militares estão atolados em dívidas, porque tiveram de deslocar-se de um município para outro para participar de um programa de requalificação ou formação e, até hoje, não receberam a sua ajuda de custo, que é devida. Repito: é um direito do servidor.

De forma muito respeitosa, porque tenho visto o papel do governo do Estado na relação com o servidor militar, faço, novamente, um apelo ao nosso governador do Estado para que também determine o pagamento da ajuda de custo, que é devida ao servidor, ou seja, o servidor tem direito a ela.

O deputado João Leite (em aparte)* – Deputado, antes de entrar nesse importante tema do qual V. Exa. está tratando, queria lembrar a todos da ausência do deputado Rômulo Viegas, que fez duas cirurgias, encontra-se em repouso e manda um abraço para todos. Na próxima segunda-feira ele já estará novamente na Assembleia. Aproveito esta oportunidade que V. Exa. me dá para trazer esse recado do deputado Rômulo Viegas.

Deputado Cabo Júlio, V. Exa. trata de um tema muito importante. Talvez por nosso país ainda ser muito jovem estejamos bastante distantes de outras civilizações. Nessas férias, conversava com um policial europeu com quem discutia a vida dos policiais. Se há algo caro para a vida deles, é a habitação. Por exemplo, em alguns países, o servidor público da área de segurança e saúde, assim como de outras áreas importantes, são obrigados a morar perto do seu trabalho. Qual é a visão desses países? Para os servidores da segurança e da saúde, os deslocamentos trazem um desgaste muito grande. No caso do servidor da área de segurança, traz, inclusive, insegurança.

Há um outro ponto que ele discutia comigo com o qual concordo plenamente e no qual temos de avançar. O policial vai às ruas, combate o crime e prende o criminoso, que passa a ficar sob a custódia do Estado e custa cerca de R\$3.000,00. Ele tem cama e comida do Estado. O policial que o prendeu, às vezes, mora precariamente, em um lugar com muita insegurança. Precisamos, como V. Exa. está expondo, colocar as coisas no lugar certo. Quem apoia a comunidade, a sociedade, é o policial. Temos de ter mais atenção com os nossos policiais, com os servidores da área de saúde; temos de buscar segurança para o policial e para sua família, a fim de que ele possa combater o criminoso. Hoje o Estado gasta talvez mais dinheiro com o criminoso do que com o policial.

V. Exa. está indo bem. Creio que vamos avançar ainda muito mais reconhecendo o papel importante do policial, do servidor público, mas especialmente dessas carreiras que trazem insegurança e jornadas duras e cansativas aos servidores. Parabéns pelo seu pronunciamento. Acompanho-o e o apoio.

O deputado Cabo Júlio* – Obrigado. Como dizia, estamos pleiteando ao governador do Estado que conceda ao servidor o que é o seu direito: primeiro, que pague aos servidores a ajuda de custo a que ele tem direito quando se desloca de uma cidade a outra para fazer o curso especial de formação de sargento. Tive agora notícia por *e-mail*, enquanto estava falando, que a falta de pagamento do servidor também alcançou os militares do curso de formação de sargento. É direito. Se eu estivesse devendo, o Estado me cobraria. Como o Estado é que tem de pagar, o nosso papel é dizer: “Estado, cumpra o seu papel”. O Estado é muito bom cobrador, mas não sei se é tão bom pagador.

Também em relação ao Promorar, como disse, é um dinheiro nosso, foi retirado do nosso instituto. Imaginem que tenha sido criado o Instituto de Previdência dos Servidores Militares, nos anos 1960, para os sargentos da cavalaria. De repente esse instituto faz um caixa para bancar a previdência, e o governo do Estado tira do caixa quase R\$1.000.000.000,00, leva esse dinheiro para o caixa único do Estado e diz que um dia vai pagar. Depois de quase 10 anos resolve pagar, mas de uma forma que não é pagar: “Vou pagar criando um financiamento, que você me paga devolvendo. Mas você pode pagar em 30, 35 anos”. Então estão nos emprestando o nosso



próprio dinheiro. O militar concorda, é sorteado, compra uma casa, muda-se para ela, com a garantia do vendedor de que o instituto da previdência não vai deixar de pagar. Então ele se muda para a casa, assina a escritura, paga o ITBI, o cartório, e o banco que deveria pagar o financiamento diz que não vai pagar, que não tem data para pagar. Gente, isso não pode. O governo do Estado não pode permitir uma coisa dessa.

Governador Anastasia, nosso apelo é para que o senhor determine à Secretaria de Fazenda que repasse o dinheiro ao BDMG para honrar os compromissos. Esse dinheiro não é dado, está sendo emprestado. Também não é favor, porque o dinheiro é nosso.

Então, presidente, termino dando – vou tentar encontrar uma palavra bonita – um recado ao próximo governador do Estado, o vice-governador Alberto Pinto Coelho. Está-se vislumbrando no público interno a mudança de comando da Polícia Militar, em que, segundo as discussões, o Cel. Santana iria para a reserva, o chefe do Estado-Maior, Cel. Brito, assumiria o comando-geral, e, com isso, haveria uma vaga de chefe do Estado-Maior. Há um movimento não se sabe de quem, de algum louco, pleiteando que um determinado cidadão, um coronel, odiado, não pelos praças, mas pelos próprios coronéis, um cidadão de quem ninguém gosta, assumia a chefia do Estado-Maior. Quero dizer – aliás, vou falar isso pessoalmente para o vice-governador – que o vice-governador Alberto Pinto Coelho estará arriscando, se assim o fizer, colocando o Cel. Carvalho como chefe do Estado-Maior, um homem que não é querido nem pelos próprios coronéis que ele comanda. Se ele pensar em colocar esse moço como chefe do Estado-Maior, criará uma crise institucional, não com os praças, mas com os comandantes de batalhão e com os outros coronéis. Vice-governador Alberto Pinto Coelho, não assuma o governo com uma bomba-relógio na Polícia Militar. Já há movimentos de insatisfação com escala. Já há movimentos de insatisfação salarial motivados pela greve branca de Brasília. Já há um movimento interno falando de movimentações na Copa do Mundo.

Governador, não fomenta isso com a possibilidade de o Cel. Carvalho assumir a chefia do Estado-Maior. O senhor pode ter problemas muito graves, capitaneados pelos coronéis, comandantes de região, comandantes de batalhão e por toda a Polícia Militar. Queremos que seu governo, ainda que interino, seja um governo de tranquilidade, um governo de paz, um governo que busque relações com os representantes da polícia nesta Casa e com as entidades representativas. Não gostaríamos que iniciasse seu governo com uma grande bomba-relógio que vai explodir lamentavelmente no seu colo se o senhor ouvir essas pessoas. Procure ouvir mais gente para saber quem é esse moço e qual é a relação interpessoal ou de cordialidade que tem com os outros coronéis e com os praças que passaram pelo seu comando. É a pior possível. Não queremos que a Polícia Militar ande para trás, porque ela vem andando muito bem com o Cel. Santana no comando. Não retroceda e não jogue essa bomba para estourar no seu colo. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 3/2/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Agostinho Patrus Filho

nomeando Lucilene Maria Rezende Reis para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Ivair Nogueira

nomeando Regiane Erika Avelar para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro

exonerando, a partir de 10/2/2014, Maria da Conceição Rodrigues Mauricio do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Luiz Leonardo Lucena para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Vítor Xavier

exonerando, a partir de 10/2/2014, Maria Aparecida Nogueira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 4 horas;

exonerando, a partir de 10/2/2014, Michel Angelo Batista do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando Maria Aparecida Nogueira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas;

nomeando Maria Geralda dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Michel Angelo Batista para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sebastião Costa

exonerando, a partir de 10/02/2014, Fernando Augusto Lima Aguiar do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando Maraysa Verona Lima Aguiar para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 10/2/2014, Fernando Antônio Lopes Alves do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando, a partir de 10/2/2014, Silfárnei Geraldo de Moraes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR;

nomeando Breno Sousa Nunes para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;



nomeando Dalmo de Souza Miranda para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR;

nomeando Fabrício Novais e Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avanço Minas;

nomeando Flávio Augusto Rodrigues de Freitas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR;

nomeando Irlene Soares de Jesus Martins para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Judith Menezes de Almeida Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR;

nomeando Marcos Antônio do Carmo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

TERMO DE CONVÊNIO CNV/36/2013

1ª convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª convenente: Município de Pirapora. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a contar da data de assinatura deste instrumento.

TERMO DE CONVÊNIO CNV/37/2013

1ª convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª convenente: Município de São Francisco. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a contar da data de assinatura deste instrumento.

TERMO DE CONVÊNIO CNV/42/2013

1ª convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª convenente: Município de Nova Ponte. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a contar da data de assinatura deste instrumento.

TERMO DE ADITAMENTO – ADT 164/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cemig Telecomunicações S.A. - Cemig Telecom. Objeto: prestação de serviços de conexão de dados. Objeto do aditamento: 1ª prorrogação, com reajuste de 50% da variação do INPC, do IBGE. Vigência: de 7/1/2014 a 6/1/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



ERRATAS

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.345/2011*

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/12/2013, na pág. 90, nas assinaturas, onde se lê:

“Gustavo Perrella”, leia-se:

“Gustavo Corrêa”.

* - Fica sem efeito a errata relativa ao Projeto de Lei nº 2.345/2011, publicada na edição de 11/12/2013, na pág. 91.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 4.075/2013

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/12/2013, na pág. 85, no art. 1º do projeto, onde se lê:

“registrado sob o nº 9.456”, leia-se:

“registrado sob o nº 9.546”.

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.076

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 27/12/2013, na pág. 64, no art. 1º da proposição, onde se lê:

“registrado sob o nº 9.456”, leia-se:

“registrado sob o nº 9.546”.

PROJETO DE LEI Nº 4.835/2014

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/2/2014, na pág. 37, na ementa, no art. 1º e na justificativa, onde se lê:

“Lei nº 20.850”, leia-se:

“Lei nº 20.608”.